

Estados poderão pagar dívida em 20 anos

ALDO RENATO SOARES
e MARTA SALOMON/AE

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, antecipou ontem ao governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, a proposta de negociação da dívida dos Estados e municípios que fará aos governadores, em troca do apoio às mudanças na Constituição e de um compromisso de ajuste nas contas públicas (leia editorial na página 4). O governo dará um prazo para que os governos estaduais equilibrem seus orçamentos, como condição para que se beneficiem de um prazo de 20 anos (dois de carência e prestações baixas na fase de implantação) para pagar a dívida com a União. A proposta

concreta será discutida amanhã com todos os secretários de Fazenda, em Brasília, numa prévia do encontro dos governadores com o presidente Collor, marcado para segunda-feira.

Exigências

A dívida total dos Estados e municípios com a União é de cerca de US\$ 58 bilhões (Cr\$ 21,8 trilhões pelo câmbio comercial). Metade já venceu e a outra metade tem condições de vencimento inviáveis serem cumpridas. Além da rolagem por 20 anos, a União vai exigir dos governos estaduais rigoroso ajuste nas suas contas. Os Estados não poderão comprometer

O ministro Marcílio Marques Moreira quer um controle rígido das contas dos Estados, que poderão gastar apenas 60% de sua receita com pagamento de pessoal.



mais de 60% da sua receita com o pagamento de pessoal, não poderão gastar mais de 15% da receita com o pagamento do serviço da dívida, e as despesas com o custeio da máquina administrativa e com os investimentos não poderão exceder a 15% e 10%, respectivamente.

Reforma na Constituição

Já as mudanças na Constituição englobam muitas frentes: fim da estabilidade do funcionalismo; repasse de responsabilidades para Estados e municípios referentes à saúde e educação; fim do ensino gratuito na universidade; fixação da aposentadoria por limite míni-

mo de idade (65 anos para homens e 60 anos para mulheres); fim da aposentadoria integral para funcionalismo; tetos de gastos para Legislativo e Judiciário; desvinculação de receitas a despesas predeterminadas, como acontece com os 18% de IR comprometidos com educação.

Brizola gostou da proposta do governo, mas fez uma ressalva. "Não será fácil a aplicação de uma fórmula para todos os Estados", observou. No caso do Rio, ele não reconhece uma dívida de US\$ 2,6 bilhões referentes a obras do metrô. "Essa dívida foi feita pela União para cobrir seus problemas cambiais", ressaltou o governador.

Governadores não têm proposta unificada

O governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), anunciou ontem sua presença na reunião dos governadores, no próximo dia 26, em Brasília, mas já antecipou que não vai discutir a reforma constitucional dentro de uma "agenda de constrangimento". "Não se pode mexer na ordem constitucional de acordo com os humores da conjuntura". Ele admitiu que é necessária uma urgente reforma fiscal, mas adiantou que não concorda que a rolagem da dívida dos Estados seja vinculada a um apoio ao governo para a reforma da Constituição.

O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), explicou que também não concorda que as mudanças na Constituição estejam vinculadas à renegociação das dívidas. Magalhães acha que os governadores já estão cumprindo sua parte, no tocante à austeridade nos gastos, e que as correções nas Constituições estaduais só devem ocorrer depois que a Constituição Federal tiver sofrido as mudanças necessárias.

Já o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia (PRS), não pretende apresentar nenhuma sugestão para mudanças na Constituição, pois, segundo ele, a reforma constitucional já está prevista na própria Constituição para 1993. Garcia admite, entretanto, que quer uma mudança no texto constitucional, principalmente com relação à estabilidade dos funcionários públicos, além de reformas fiscal e tributária.

O governador de Pernambuco, Joaquim Francisco (PFL), ao contrário, vai defender reformas imediatas na Constituição. "A governabilidade do País passa pela governabilidade dos Estados, que, por sua vez, passa por uma reforma administrativa e uma revisão constitucional", explicou. Já o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), afirmou ontem que vai levar propostas de enxugamento da máquina administrativa e redução de despesas. Mas, segundo ele, antes de apoiar ou não as propostas do governo, é necessário conhecê-las.